

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DO  
CONPEDI PORTO ALEGRE – RS**

**TEORIAS DA DEMOCRACIA E DIREITOS  
POLÍTICOS**

**ARMANDO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA**

**JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO**

**KAREN BELTRAME BECKER FRITZ**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

**Diretoria – CONPEDI**

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente **Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente **Sudeste** - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente **Nordeste** - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente **Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

**Representante Discente – FEPODI**

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

**Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

**Secretarias:**

**Relações Institucionais**

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

**Relações Internacionais para o Continente Americano**

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

**Relações Internacionais para os demais Continentes**

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

**Eventos:**

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch UFSM – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho Unifor – Ceará

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta Fumec – Minas Gerais

**Comunicação:**

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro UNOESC – Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

---

T314

Teorias da democracia e direitos políticos [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UNISINOS

Coordenadores: Armando Albuquerque de Oliveira; José Filomeno de Moraes Filho; Karen Beltrame Becker Fritz. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-758-8

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Tecnologia, Comunicação e Inovação no Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI (27 : 2018 : Porto Alegre, Brasil).

CDU: 34



# XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

## TEORIAS DA DEMOCRACIA E DIREITOS POLÍTICOS

---

### **Apresentação**

A publicação “Teorias da Democracia e Direitos Políticos I” é resultado da prévia seleção de artigos e do vigoroso debate ocorrido no grupo de trabalho homônimo, no dia 15 do corrente mês, por ocasião do XXVII ENCONTRO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – CONPEDI, realizado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, durante os dias 14, 15 e 16 de novembro de 2018.

O grupo de trabalho Teorias da Democracia e Direitos Políticos teve o início das suas atividades no Encontro Nacional do CONPEDI Aracajú, realizado no primeiro semestre de 2015. Naquela ocasião, seus trabalhos foram coordenados pelos Professores Doutores José Filomeno de Moraes Filho (UNIFOR) e Matheus Felipe de Castro (UFSC).

A partir de então, além dos supracitados Professores, coordenaram o GT nos eventos subsequentes os Doutores Rubens Beçak (USP), Armando Albuquerque de Oliveira (UNIPÊ/UFPB), Adriana Campos Silva (UFMG), Yamandú Acosta (UDELAR – Uruguai), Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais (UIT/MG) e Karen Beltrame Becker Fritz (UPF).

Esta publicação apresenta reflexões acerca das alternativas e proposições concretas que visam o aperfeiçoamento das instituições democráticas e a garantia da efetiva participação dos cidadãos na vida pública. Os trabalhos aqui publicados, sejam de cunho teórico ou empírico, contribuíram de forma relevante para que o GT Teorias da Democracia e Direitos Políticos I permaneça na incessante busca dos seus objetivos, qual seja, levar à comunidade acadêmica e à sociedade uma contribuição acerca da sua temática.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Prof. Dr. Armando Albuquerque de Oliveira - UNIPÊ/UFPB

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – UNIFOR

Prof. Dra. Karen Beltrame Becker Fritz - UPF

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento.  
Equipe Editorial Index Law Journal - [publicacao@conpedi.org.br](mailto:publicacao@conpedi.org.br).

## O TERCEIRO SETOR COMO FERRAMENTA DE ATENUAÇÃO DA DEGENERÇÃO PARTIDÁRIA

### THE THIRD SECTOR AS A MITIGATION TOOL DEGENERATION PARTY

Vivian de Almeida Gregori Torres

#### **Resumo**

O estudo tem por foco a atuação do terceiro setor como instrumento de correção da degeneração partidária, sob a ótica da manutenção das bases das estruturas democráticas. Neste sentido, a análise sinaliza que o terceiro setor, muito embora não seja vocacionado para a política, sua atuação tem sido essencial para reorientar os resultados que deveriam ser alcançados pelos partidos. Para tanto, num primeiro momento será estudada a degeneração dos partidos políticos, em seguida será analisada a atuação do terceiro setor versus partidos políticos, a partir, primordialmente da revisão de literatura sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Democracia, Representação, Partidos políticos, Degeneração partidária, Terceiro setor

#### **Abstract/Resumen/Résumé**

The study focuses on the performance of the third sector as an instrument of correction of party degeneration, from the point of view of maintaining the bases of democratic structures. In this sense, the analysis indicates that the third sector, even though it is not politically oriented, has been instrumental in reorienting the results that should be achieved by the parties. To do so, the degeneration of political parties will be studied first, then the third sector's political versus parties will be analyzed, starting from the literature review on the subject

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Democracy, Representation, Political parties, Partial degeneration, Third sector

## INTRODUÇÃO

Para Luis Sanchez Agesta (1979), os partidos na sociedade contemporânea são como poderes sociais organizados em grupos que articulam a classe política e oferecem um procedimento para a participação no poder. Segundo o autor, o grupo político divide-se em governantes e governados, sendo que nesta divisão os governantes cumprem uma função política, monopolizam o poder, desfrutam de vantagens a eles inerentes e compõem a elite da classe política. Pressupõe-se que detenham certas qualidades que forneçam a seus membros superioridade material, moral e intelectual sobre os governados, já estes últimos vivem à sombra da atividade política.

Pelo exposto por Luis Sanchez Agesta, fica evidente que a política é manejada pelos partidos e que ao alçar seus candidatos a governantes ocorre o claro distanciamento entre estes e os governados.<sup>1</sup> Este afastamento fez com que a máxima democrática de que “todo poder emana do povo” perca a efetividade. Para Caggiano, o voto como meio de “participação do cidadão na produção final da decisão política por via eleitoral – deixou de representar o ponto de maior respaldo da democracia” (CAGGIANO, 2011, p. 568), vindo a emergir outras formas de realizá-la e aprimorá-la. Neste sentido, Manoel Gonçalves Ferreira Filho já havia advertido em sua obra *A reconstrução da democracia* que “a fragilidade dos partidos leva ao fortalecimento político de outras forças ou grupos sociais” (FERREIRA FILHO, 1979, p. 125). Neste ponto as entidades do terceiro setor afloram como um meio alternativo de “organização política” da sociedade de forma a aperfeiçoar o sistema partidário que tem se mostrado, quanto à sua atuação política, ineficiente, degenerado e desacreditado pelo povo. A atividade do terceiro setor, neste viés, é muito importante, especialmente quando o assunto está relacionado a temas que afetam diretamente os interesses dos partidos ou quando se relacionam a temáticas sensíveis sobre as quais as agremiações partidárias não pretendem tomar posição.

Feitas estas considerações, o presente trabalho pretende analisar o terceiro setor como instrumento de correção dos desvios e suavização da degeneração partidária, sob a ótica da manutenção das bases das estruturas democráticas.

Assim, num primeiro momento será estudada a degeneração dos partidos

---

<sup>1</sup>Sob este aspecto Camargo justifica que “a crise da representatividade se dá justamente pelo distanciamento entre o líder político e a população. Os representantes do povo têm interagido mais com a estatocracia do que com o cidadão, alienando a sociedade do processo decisório da república”. CAMARGO, Marcos H. *O fim do Estado e o terceiro setor*. Curitiba, PR: Gráfica Nossa Senhora do Rocio, 2004, p. 85.

políticos, e, em seguida, será analisada a atuação do terceiro setor *versus* partidos políticos, a partir, primordialmente da revisão de literatura sobre o assunto.

Deste modo, pretende-se demonstrar que o terceiro setor, muito embora não seja vocacionado para a política, muito menos para a tomada do poder, sua atuação tem sido essencial para reorientar os resultados que deveriam ser alcançados pelas agremiações partidárias.

### **1. Degeneração dos Partidos Políticos.**

Nas sociedades democráticas modernas, o partido político é por excelência o canal da representação. Os partidos são os mecanismos institucionais mais importantes da expressão política. É através deles que os grupos sociais costumam exprimir suas reivindicações e interesses, assim como participar, de modo mais ou menos eficaz, da formação das decisões públicas. Contudo, a questão que fica é: hoje os partidos são capazes de ser o *locus* de representação?

Os partidos não existem e não se inserem mais como em sua concepção anterior, na qual o partido romanticamente tradicional era uma fração da sociedade. Talvez este modelo de partido *pasteurizado*,<sup>2</sup> desenhado por Manoel Gonçalves Ferreira Filho, jamais tenha existido. O partido dos tempos modernos absorve parte do fracasso da atividade política do país, fato que colabora com o descrédito colado a sua imagem.

Outra questão que, em certa medida, colabora para a decepção dos eleitores quanto à imagem dos partidos é talvez em razão da figura desses estar calcada no modelo dos partidos de massa, na qual a agremiação representa uma classe, especialmente no que tange às diferenças econômicas, onde a base é quem define os interesses a serem perseguidos. Contudo, a sociedade moderna não se resume mais a questões econômicas ou embate de classes, vai muito além na sua complexidade e exigências, sendo agregadas questões relativas à etnia, crença, orientação sexual etc.

---

<sup>2</sup>“O partido político, é certo, depurado de seus vícios. Com estrutura democrática, escolhidos pelas bases os seus dirigentes. Limpo de corrupção, com fontes puras de financiamento. De atuação permanente, contribuindo com a formação política do povo. De ideais democráticos, respeitoso dos demais partidos, devotado aos direitos fundamentais do homem. Buscando o poder pelo convencimento e pelo voto, jamais pela força”. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Sete vezes democracia*. São Paulo: Convívio, 1977, p. 48.

Nos últimos tempos a atividade partidária tem sido muito criticada pela sociedade por não alcançar as suas expectativas. Segundo John H. Aldrich, grande parte da sociedade atribui os males políticos da atualidade (governos aparentemente incapazes de resolver problemas cruciais e desconfiança, apatia e a marginalização pública que a política inspira) ao fracasso dos partidos políticos. Isso porque os políticos estão mais ocupados e preocupados com sua própria eleição do que capazes ou dispostos a pensar no bem público. O partido constituiu-se como uma instituição “endógena” moldada pelos políticos ambiciosos que o formam, com metas pessoais, e o utilizam como mero instrumento para alcançá-las. (ALDRICH, 2012, p. 36/37).

Os partidos transformaram-se, desta forma, em máquinas de divisão de cargos – romperam os vínculos com a sociedade que deveriam representar, afrouxaram o vínculo com o poder, aproximaram-se do Estado e se afastaram da sociedade – o que veio a potencializar suas falhas. O distanciamento progressivo da estrutura partidária da sociedade gerou frustração e a sociedade não se sente mais representada. Tal fenômeno pode ser explicado em razão do pensamento embasado nos partidos de massas (socialistas e operários) que eram extremamente ligados as bases e que defendiam os interesses das massas, bem como do advento do sufrágio universal. No período histórico no qual o sufrágio universal inexistia, apenas uma minoria votava, ou seja, a participação na vida política era restrita à elite, que não precisava dar satisfação para a massa. A eleição dava-se entre iguais para cumprir um mandato deles mesmos – a elite apoderava-se do Estado para satisfação de seus interesses, os partidos tinham função meramente organizacional.

Esse cenário modifica-se a partir do sufrágio universal, as massas começam a votar e querem alguém para representá-las, passam a exigir que seus representantes persigam seus interesses e a eleição passa a ser um elemento de transformação do Estado. Ser eleito deixa de ser um privilégio e passa a ser uma atividade de responsabilidade carregada de obrigações, especialmente no caso dos partidos de massas (socialistas e operários) nos quais as decisões são tomadas de baixo para cima, das massas para o eleito, estando esse último restrito à vontade dos seus eleitores, que se sentem seu “dono”. O mandato torna-se, portanto, imperativo com relação às massas que compõem a base partidária.

Com a evolução dos tempos e a separação visível entre Estado e sociedade, o partido passa a fazer a interface entre eles. Neste novo modelo, os militantes dos partidos



de massas atrapalham e o mandato imperativo, no sentido de atendimento dos anseios da base partidária, torna-se inoportuno porque a sociedade moderna é plural e diluída, não havendo como o partido atender a toda sociedade e contemplar os vários interesses ao mesmo tempo, iniciando-se o afastamento do partido de suas bases.

Outra circunstância que se pode elencar neste distanciamento é o fato das organizações partidárias passarem a ter acesso à grande mídia (rádio e televisão). A partir deste momento deixam de precisar das massas e dos militantes para capilarizar a campanha e coletar votos – inicia-se a derrocada da estrutura dos partidos de massas que se aproxima cada vez mais do Estado, afastando-se da sociedade.

A evolução da sociedade mudou o cenário dos partidos, a própria participação política mudou, pouca importa de qual partido é o candidato – o que a sociedade quer é um representante forte que resolva os problemas, sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais etc. O partido deixou de ter a função de transformação social, especialmente na Europa onde as transformações sociais já ocorreram e não há grandes blocos de separação econômica ou grandes plataformas de reforma a serem implementadas. A degeneração dos partidos é simplesmente um reflexo da sociedade atual. A ruptura das estruturas que uniam a sociedade, o Estado e os partidos levaram ao ponto que nos encontramos hoje, de insatisfação da sociedade com relação aos partidos e do processo de degeneração destes.

Goffredo Telles Junior identifica-se a falta de sentimento de representação por parte da sociedade com relação aos partidos, a ineficiência destes nas atividades de intermediação dos interesses da sociedade perante o Estado e o fenômeno da homogeneidade dos programas partidários que os conduzem a uma falta de identidade, os relegando a um amontoado de siglas. (TELLES JUNIOR, 2006, p. 75)

Sobre o assunto, Manoel Gonçalves Ferreira Filho faz severas críticas na medida em que os partidos, com relação as suas bases, destinam-se a favorecer o enquadramento das massas muito mais para manobrá-las do que para alçar suas demandas até a cúpula partidária ou governamental. Tem-se ainda que os programas partidários, em geral, resumem-se a generalidades atraentes, excluindo as definições que os dividem, já que para vencer o partido precisa somar. Outro aspecto deficitário diz respeito a capacidade de representar a sociedade em sua variedade plural, o que está intimamente ligado à

liberdade, razão pela qual todos os grupos tem que ter acesso aos centros de poder para defender seus interesses e nem sempre os partidos o fazem, muitas vezes em razão de temer a censura com relação a assuntos polêmicos ou por contrariar a opinião de uma maioria. (FERREIRA FILHO, 1979, p. 173/174).

Neste último aspecto Anna Oppo menciona a categoria dos partidos “pega-tudo”, que são os que evitam tomar posições abertas sobre questões que podem gerar divisões e conflitos de opinião. A competição partidária, desta forma, visa conquistar o poder político em plataforma eleitoral e gerir seu próprio potencial político, de forma a não apresentar diferenças substanciais e ressaltar as semelhanças entre si. (OPPO, 1982, p. 14).

Tal fenômeno traz a homogeneização dos partidos, o que leva a sociedade a não mais se identificar com essa ou aquela legenda, praticamente não tendo mais importância qual o partido de plantão no governo. Os indivíduos são levados a votarem mais em pessoas do que em ideias, num quase retorno dos notáveis na cena política, com a diferença de que hoje ser notável não está restrito à capacidade intelectual ou moral do candidato e sim na sua proximidade do círculo do eleitor ou na possibilidade de lhe trazer maiores benefícios pessoais.

Outra forma que pode ser considerada degenerativa do partido político, é a sua criação por grupos de interesses como meio de infiltrar-se na tomada de decisão política. Os candidatos eleitos, por dita legenda, defendem os interesses dos que compõem o partido, que uma vez no parlamento obterão benefícios aos seus próprios assuntos em desproporção com sua força numérica. Além disso, nos momentos nos quais se prestarem para compor uma coalizão governamental, funcionarão como grupo de pressão, cobrando seu preço pela manutenção do apoio governamental. Tal situação é comum em sistemas pluripartidários, nos quais o governo depende de formar uma base aliada para alcançar a governabilidade, dando margem a barganhas de cargos e benefícios, levando a contaminação do governo e a facilitação de atos de corrupção.

Mais um fator degenerativo dos partidos é a profissionalização e estabilização das lideranças partidárias, que se dá em razão do desenvolvimento da organização, da complexidade dos fins a atingir, da divisão do trabalho e do conhecimento especializado que a operação exige, instalando-se um poder de tipo oligárquico. Nessa situação, a

transmissão do questionamento político torna-se manipulada conforme os interesses de poder da oligarquia do partido.

Na visão de Pedro Rubez Jehá, a oligarquização dos partidos retira o povo do processo decisório e transforma os pleitos eleitorais em meras formalidades destinadas a legitimar o exercício do poder, bem como exclui do processo decisório os representantes de menor expressão política e eleitoral, concentrando-o nas mãos de grupos restritos e relativamente estáveis de dirigentes partidários. (JEHÁ, 2009, p. 410).

A oligarquização abarca a intenção de manter o controle partidário por alguns – “os dirigentes buscam a perpetuação de suas permanências em cargos e funções” (LEMBO, 1991, p. 80) – a partir da utilização de métodos que viciam a configuração interna do partido, tais como impedir a filiação de eleitores nos quadros partidários, a realização de eleições executivas nos três níveis federados, o agendamento de reuniões em locais de difícil acesso ou em horários inoportunos etc. Esse quadro deforma o partido, retira a vontade das bases e o oligarquiza, afasta o eleitor da formulação e da influência sobre suas diretivas e programas, descolando-o da vontade e do pensamento de seus eleitores, ficando a agremiação sob os auspícios de seus dirigentes.

Prosseguindo na crítica aos partidos, Cláudio Lembo cita ainda a questão dos “partidos de ocasião” que se alicerçam, pelo espaço temporal de um pleito, sob a figura de um candidato circunstancial e não de um programa ou ideias, que em sistemas proporcionais, como no caso brasileiro, agrava-se pelo consequente “arrasto” para o interior do parlamento de outros candidatos com votação píflia. Claro exemplo dessa situação foi o fenômeno dos candidatos “Tiririca” e Enéas.

Agora sob o ângulo da representação, na opinião de Goffredo Telles Junior, os partidos políticos e seus parlamentares, em ambiente democrático, deveriam ser o eco do povo e a interface entre este e o Estado. No entanto, vivem uma realidade distinta da hodierna do povo, estão alheios ao que acontece no seio dos grupos sociais e em razão disso, tendo em vista que os partidos políticos e seus parlamentares são os responsáveis por grande parte da ressonância da vontade popular, o povo fica sub-representado. (TELLES JUNIOR, 2006, p. 85/86). Neste aspecto, para Manoel Gonçalves Ferreira Filho “os partidos políticos são incapazes de representar a sociedade na variedade de seu pluralismo.” (FERREIRA FILHO, 1979, p. 174).

Ainda sob o tema da representação, os parlamentares da atualidade brasileira aproximaram-se novamente do mandato imperativo<sup>3</sup>, na medida em que sua obrigação está mais afeta à oligarquia partidária do que aos compromissos com a sociedade. Eles atuam como grupos ou facções com o único objetivo de manter-se no poder e defender os estritos interesses da cúpula partidária – ou seja, o projeto é de poder e não de governo.

Outro aspecto de retorno ao mandato imperativo é a fidelidade partidária, na qual o parlamentar fica obrigado a defender as orientações do partido e votar com sua bancada, que sob o ponto de vista de Claudio Lembo é essencial, pois sem a “lealdade aos princípios e aos demais integrantes da agremiação” (LEMBO, 1991, p. 68) os partidos cairiam na descrença e na fragilidade eleitoral. Tal fato poderia ser considerado exato caso o eleitor votasse a partir da ideologia e do programa partidário. No entanto, o voto dos brasileiros não se baseia em tal questão, é comezinho o eleitor sequer saber a qual partido o candidato no qual depositou seu voto faz parte. Nesse sentido basta-se verificar a porcentagem de votos direcionados à legenda partidária *versus* a votação dirigida a candidatos de forma nominal, restando claro que a preferência é no sentido do voto nominal. Neste sentido, Goffredo Telles Junior afirma que “o povo, o grande povo, o grande eleitorado de nosso País sempre votou em personalidades ou em candidatos apoiados por personalidades, ou num amigo, ou num amigo do amigo. Votou, muitas vezes, em ilusórias promessas de candidatos em campanha eleitoral.” (TELLES JUNIOR, 2006, p. 75). Acrescente-se ainda que, não raras vezes, os partidos estão submetidos a orientação oligarquizada de seus dirigentes, e neste aspecto, a fidelidade partidária se resumiria à submissão do parlamentar à defesa de interesses específicos da direção partidária, deixando de ser o representante da nação, de modo oposto aos ensinamentos de Carré de Malberg (2001).

Quanto à fidelidade partidária, outro aspecto que carrega descrença aos partidos é o fenômeno da “dança das cadeiras”. Embora seja considerado um fenômeno da redemocratização,<sup>4</sup> hoje sua ocorrência se dá muito mais em razão da manutenção de

---

<sup>3</sup>“Os representantes – detentores de mandatos imperativos ou representativos – sempre formaram grupos, facções, frações ou tendências no interior dos recintos de suas reuniões. Agiam de maneira inorgânica”. LEMBO, Claudio. *Participação política e assistência simples no direito eleitoral*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 66.

<sup>4</sup>“A aparente desagregação do quadro partidário pátrio, onde a fragilidade de oposições parece regra, é fenômeno inerente a ciclos de redemocratização, quando personalidades políticas procuram novas legendas para hospedar suas vocações e objetivos no campo público”. LEMBO, Claudio. *Participação política e assistência simples no direito eleitoral*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 70.

interesses ou obtenção de benefícios do que em razão da busca por uma legenda que hospede as vocações e objetivos do parlamentar.<sup>5</sup> Outro fato que desvia os partidos de suas qualidades primitivas é o comportamento destes de forma “pública e notória, infensos a alta responsabilidade de suas funções” (LEMBO, 1991, p. 68), especialmente quanto a sua atuação como oposição. Em cenário multipartidário brasileiro, o partido que não é dominante no poder, critica, fiscaliza, sensibiliza a opinião pública e por vezes conquista o corpo eleitoral. Quando passa a dominá-lo, entretanto, não implanta sua política governamental, que deveria ser pautada na linha crítica que o conduziu ao poder. Faz um discurso oposicionista apenas para conquistar o eleitorado e alcançar o poder, posteriormente não age em conformidade com seu discurso.

As finanças partidárias consistem em outro tema que também conduz os partidos para sua degeneração. A complexidade organizacional de um partido eleva os custos necessários para sua manutenção, especialmente em períodos pré-eleitorais, tendo em vista a promoção das campanhas, nas quais a disputa pelo voto obriga a aceleração do processo de divulgação das ideias e das figuras que disputarão o pleito. Em razão disso, os partidos fazem os mais esdrúxulos acordos, que não raramente levam a coligações com ideologias contraditórias ou abre-se caminho para a corrupção, já que o candidato, uma vez no poder, terá a "obrigação de devolver" os favores recebidos na campanha.

No que diz respeito à corrupção partidária, Monica Herman Salem Caggiano expõe que tendo em vista que o partido é uma máquina de combate, em constante luta pela conquista do poder e do prestígio (CAGGIANO, 2004, p. 126), sua atividade é extremamente dispendiosa. Nesse ambiente, o dinheiro "comparece como algo instrumental, o meio que viabiliza alcançar o poder, o prestígio ou outros objetivos perseguidos" (CAGGIANO, 2011, p. 559), constituindo uma patologia partidária. A interferência do poder financeiro coloniza as instituições por meio dos partidos, que uma vez instalado no poder busca extrair o máximo de benesses possíveis e, ao mesmo tempo, reduz o papel do parlamento que se vê obrigado a se submeter à vontade dos financiadores da campanha, que acaba por contaminar a própria democracia.

---

<sup>5</sup>“Decerto que o fenômeno dos trânsfugas rompe esse padrão democrático, introduzindo um sentimento de insegurança e incerteza para o eleitor, titular do direito de sufrágio ativo. Isto, principalmente, no quadro brasileiro que mantém a candidatura como monopólio do partido político (art.14 § 3º, inciso V)”. CAGGIANO, Monica Herman Salem. *A fenomenologia dos trânsfugas no cenário político-eleitoral brasileiro*. In: CAGGIANO, Monica Herman Salem; LEMBO, Cláudio (coords.). *O voto nas Américas*. Barueri, SP: Minha Editora; São Paulo: CEPES, 2008, p. 251.

Sobre os aspectos analisados, Goffredo Telles Junior (2006) resume a realidade partidária brasileira, apontando várias questões degenerativas, a saber: a) a falta de desempenho da missão que lhes é própria; b) não constituem os canais que deveriam entre o povo e o Estado; c) apresentam programas inoperantes, descartáveis no jogo político do regime vigente, programas frequentemente esquecidos ou desacreditados até mesmo por parte dos filiados do partido; d) as agremiações partidárias, para a maioria dos brasileiros, não se distinguem uns dos outros nem por sua história, nem pelos seus desígnios, fins ou motivos de sua razão de ser; e) os candidatos eleitos pelos partidos não se acham vinculados a nada, após a eleição têm-se seu completo alheamento. Esse quadro tem por consequência que “sem a fidelidade a um ideário de interesse coletivo, o partido se reduz a estratagemas indignas, a serviço de egoísmos disfarçados; e os políticos se desmoralizam”. (TELLES JUNIOR, 2006, p. 77). Para o estudioso, o Poder Legislativo não parece emanar do povo, está destituído do ideal ético da representatividade, bem como não tem desempenhado sua missão de obstruir os abusos do poder.

Numa visão mais recente sobre a degeneração dos partidos, especialmente em cenário brasileiro, Pedro Rubez Jehá (2009) apresenta brilhante estudo em tese de doutoramento, trazendo de forma extensiva a patologia dos sistemas partidários e os fatores normativos que contribuem com tal situação. Jehá elenca os seguintes elementos degenerativos: o fato dos partidos serem agremiações homogêneas e amorfas, carentes de substrato ideológico e programático; a oligarquização dos partidos; a infidelidade partidária como instrumento para obter vantagens; a colonização das estruturas do Estado por parte dos militantes e dirigentes dos partidos, de forma a influenciar o funcionamento da máquina estatal em favor da orientação partidária; a fragmentação das bases partidárias; o corporativismo que sobrepõe os interesses específicos da classe política organizada aos da coletividade representada. Concluindo que, não obstante as imperfeições apresentadas pelos partidos, “não se pode pensar hoje em democracia e em governo democrático sem esta figura tão polêmica”, devendo-se buscar “alternativas capazes de corrigir os desvios ou suavizar seus efeitos” a fim de que não sejam minadas “as bases sobre as quais se erguem nossas estruturas democráticas”. (JEHÁ, 2009, p. 409 e 412).

Em termos de correção dos desvios e suavização de seus efeitos no âmbito partidário e em termos de manutenção das bases das estruturas democráticas, o terceiro setor em muito pode contribuir na medida em que a sociedade encontra meio

organizacional para vigiar as agremiações e cobrar a devida correção de seus desvios, suavizando, assim, os efeitos nefastos da degeneração partidária sobre as estruturas democráticas.

## **2. Terceiro Setor *versus* Partidos Políticos.**

Democracia, em uma análise literal da palavra, significa “poder do povo”, sendo que ela diferiu ao longo do tempo. Na democracia dos antigos ela se manifestava de forma direta, com o povo reunido em praça pública para dirimir e debater as questões do Estado, já a dos modernos, em razão da extensão territorial e número populacional, é representativa. Contudo, em todos os momentos históricos, a busca sempre foi pautada na maior participação possível do povo nas decisões governamentais.

Nesse sentido, Manoel Gonçalves Ferreira Filho afirma que “o princípio democrático impõe a integração do povo no processo político (...) exige que ao povo seja confiado o máximo de *participação possível*.” (FERREIRA FILHO, 1979, p. 145).

Com relação à participação do povo, John Stuart Mill, ao dissertar sobre a forma ideal de governo representativo, expõe que o poder supremo de controle deve estar nas mãos do povo, onde o cidadão tem voz no exercício do poder e, ocasionalmente, toma parte ativa no governo pelo exercício de alguma função pública, local ou geral. (MILL, 1981, p. 31).

Tomando-se por base a maior participação possível, na atual democracia representativa, o advento do sufrágio universal, generalizado no século XX, trouxe a princípio, a extensão máxima de participação. É por meio do voto que o povo exprime a sua vontade, elegendo seus representantes. Como afirma Sartori (1965), as eleições registram as decisões dos votantes.

A democracia representativa, no caso brasileiro, é operacionalizada pelos partidos políticos, visto que somente esses têm a competência para a apresentação de candidaturas e são os "donos das cadeiras", dominando o campo eleitoral. Dessa maneira, a forma do povo participar do governo será por intermédio dos partidos políticos.

Os partidos, além da apresentação de candidaturas, exercem outros papéis junto aos cidadãos, realizando o filtro de quais indivíduos estariam mais preparados para assumir o poder, levando informação às pessoas de forma a combater a apatia política,

fazendo a interface entre os cidadãos e o Estado, os partidos devem funcionar como facilitadores da participação do povo na política.

Em termos de participação, como bem assevera Claudio Lembo, “todos, hoje, querem fazer parte ativa da sociedade, todos querem tomar parte nas deliberações onde estão em discussão seus interesses privados ou de seu setor de atividade social, econômica ou cultural, todos querem ser partícipes” (LEMBO, 1991, p. 35).

Nesse sentido, muito embora o partido seja constitucionalmente reconhecido como “operador” da democracia<sup>6</sup> e, portanto, meio pelo qual o cidadão pode participar/agir de forma ativa nas questões públicas, outros meios também são factíveis para tanto, a exemplo do terceiro setor, que também funciona como um instrumento de participação democrática.

Sob esse aspecto, Manoel Gonçalves Ferreira Filho comenta que o indivíduo raramente sente-se representado pelo candidato eleito, ou pelo partido escolhido por ele, com relação aos assuntos que afetam direta e imediatamente suas condições de vida. Dessa forma, busca associar-se a outros que partilhem dos mesmos interesses a fim de influenciar no processo decisório, constituindo as entidades do terceiro setor um caminho certo. Para o autor, “multiplicam-se, assim, os grupos que atuam no processo político, fazendo concorrência aos partidos”. (FERREIRA FILHO, 1979, p. 164).

Em outro ângulo, com relação à crise de participação política, que abre espaço para a atuação do terceiro setor, Gianfranco Pasquino expõe que ela ocorre em razão das tensões produzidas na esfera política, a partir das pressões entre os grupos sociais que pretendem obter uma representação adequada e um controle efetivo sobre o poder de decisão e os grupos que se encontram em posição dominante. (PASQUINO, 1974).

Nesse cenário os partidos representam os grupos em posição dominante, uma vez que detêm o poder por meio das eleições e manejam a política. O terceiro setor surge,

---

<sup>6</sup>Em artigo intitulado “O cidadão-eleitor, jogador com veto no processo eleitoral democrático”, a professora Monica Herman Salem Caggiano destaca a importância e tamanho dos partidos políticos no cenário democrático, no sentido de ser mecanismo de comunicação e de participação do processo decisório, instrumento destinado ao recrutamento dos governantes e à socialização política, trazendo como base de sustentabilidade o pensamento de Loewenstein, Hans Kelsen, Roberto Blanco Valdés, Maurice Duverger, José Alfredo de Oliveira Barracho, dentre outros. CAGGIANO, Monica Herman Salem. In: Instituto Victor Nunes Leal (org.). *A contemporaneidade do pensamento de Victor Nunes Leal*. Instituto Victor Nunes Leal, organização. São Paulo: Saraiva, 2013.



então, como auxiliar dos grupos sociais que pretendem influir no poder, de forma a minimizar o fenômeno da crise de participação política.

Outro fator influente na crise da participação política, tendo por base o ensinamento de Gianfranco Pasquino (1974) – no sentido de que o partido é a estrutura pela qual se efetua a participação política –, é a degeneração dos partidos, que leva a sociedade a desacreditar na capacidade desses em conduzir a política, buscando por consequência outras formas de participação por meio do terceiro setor.<sup>7</sup>

Como explicitado, o partido figura como um mecanismo adequado para a expressão da participação política dos diversos setores da sociedade. Por essa característica, Caggiano (1995) afirma ser esse um eficaz canal de expressão oposicionista, contudo, o que se vê no Brasil atual, é a falta de verdadeira oposição. Os dirigentes, em nome dos partidos, fazem declarações, afirmações, manifestações, meramente eleitoreiras, para conseguir vantagem eleitoral em momento específico e por tempo limitado, sem qualquer responsabilidade ou pretensão de agir segundo suas falas após alcançar seu intento. Diante dessa situação, o terceiro setor se apresenta, em certa medida, como elemento de oposição, ao fazer pressão tanto sobre os partidos quanto sobre o governo.<sup>8</sup>

No que tange ao partido político e ao terceiro setor, ambos auxiliam a participação do povo no *locus* de poder, havendo diferença em suas formas de atuação. Enquanto o partido pretende alcançar o poder, o terceiro setor quer influenciar o poder, bem como atua fortemente no controle e fiscalização do poder político.

Não obstante as formas de atuação serem diversas, entre as entidades do terceiro setor e os partidos políticos, ambos guardam muito mais proximidade do que

---

<sup>7</sup>“Consideraremos rápidamente también cómo algunas organizaciones no específicamente políticas, como las sociedades de ayuda mutua y las sociedades voluntarias, han desempeñado una función integradora para las masas y de amortiguador de los sistemas políticos, atenuando y disminuyendo las demandas dirigidas especialmente a la petición de las prestaciones al sistema concreto”. PASQUINO, Gianfranco. *Modernización y desarrollo político*. Espanha: Editorial Nova Terra, 1974, p. 82.

<sup>8</sup>“Daí o reconhecimento irrefutável, nesse contexto, de um fértil e avantajado campo a se oferecer à atuação oposicionista, por intermédio do comando organizado, dotado por vezes de alta especialização e sofisticadas técnicas, de associações e grupos que, até de forma camuflada, procuram produzir ingerência no polo decisional”. CAGGIANO, Monica Herman Salem. *Oposição na política: proposta para uma rearquitetura da democracia*. São Paulo: Angelotti, 1995, p. 87.

antagonismo.<sup>9</sup> Um dos pontos de identidade entre eles é a classificação de ambos como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Levando-se em conta que essa é a principal característica que define uma entidade como pertencente ao terceiro setor - não pertencente à esfera pública (primeiro setor) - pode-se afirmar que o partido político compõe o terceiro setor. Outro ponto diz respeito a forma como as entidades do terceiro setor se apresentam, muito semelhante à dos partidos políticos, no sentido de serem organismos permanentes, com base estrutural, dirigidos por profissionais, altamente burocratizados, que utilizam a propaganda como forma de atrair adeptos aos seus interesses, financiam-se por meio de contribuições voluntárias dos simpatizantes ou cotas obrigatórias para os membros.<sup>10</sup>

Em apoio ao argumento trazido, no sentido de que o partido político tem interface com o terceiro setor, cita-se José Joaquim Gomes Canotilho, que afirma que o reconhecimento de relevância jurídico-constitucional do partido não corresponde a sua "estatização", em razão do fato dos partidos terem um estatuto constitucional configurado como direito subjetivo, direito político e liberdade fundamental. A liberdade de formação dos partidos é tratada como um direito fundamental com estatuto privilegiado em relação ao direito geral de associação. O doutrinador assevera que os partidos não são órgãos estatais ou constitucionais, não devem ser qualificados como "corporações de direito público" e sim como "associações de direito privado", diferindo dessas últimas apenas no que tange a sua função de mediação política. (CANOTILHO, 2003, p. 315/316).

Ademais, deve-se ter em conta que Maurice Duverger (1965) traz como organismos exteriores formadores de partidos, justamente os sindicatos, sociedades de pensamento, igrejas, associações, clubes etc, o que denota que o partido tem muito mais em comum com o terceiro setor do que o contrário, justificando assim o papel natural do terceiro setor junto à atividade política.

---

<sup>9</sup>“(…) na noção de Partido, entram todas as organizações da sociedade civil que surgem no momento em que se reconhece, teórica ou praticamente, ao povo o direito de participar na gestão do poder e que para este escopo se organizam e agem”. OPPO, Anna. *Partidos políticos*. In: *Curso de introdução à ciência política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v.5, 1982, p. 9/10.

<sup>10</sup>“En la actualidad, los grupos pluralistas, igual que los partidos políticos, se constituyen generalmente como organizaciones permanentes. Igual que los partidos políticos, los grupos de interés se encuentran bajo la experta dirección de *managers* profesionales, están altamente burocratizados y mantienen un funcionamiento constante; aplican todos los medios técnicos conocidos de las relaciones públicas para atraer, a la mayor escala posible, adherentes que compartan sus intereses. (...) Frecuentemente, disponen de sumas económicas considerables obtenidas por medio de contribuciones voluntarias o de cuotas obligatorias para los miembros, o a través de ambas posibilidades”. LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la constitución*. Barcelona: Editorial Ariel, 1976, p. 439/440.

Diante das observações feitas, vislumbra-se uma atuação "complementar" entre o terceiro setor e o partido no campo político, justamente em razão do perfil da sociedade moderna e do que essa espera da democracia. Dessa maneira, os partidos devem ocupar uma posição central no regime e, ao mesmo tempo, estarem articulados com os demais polos estruturais da sociedade civil, sendo esse último papel bem desempenhado pelo terceiro setor, uma vez que esse tem capacidade de colher os ecos dos setores específicos da sociedade e trazê-los para perto tanto dos partidos quanto do governo.

Para lançar luz sobre a atuação das entidades do terceiro setor na política, cita-se alguns casos emblemáticos, de movimentos sociais e manifestações de rua, que ocorreram a partir da década de 80.

Movimentos sociais, manifestações, participação e democracia são temas interligados que se correlacionam gerando alterações recíprocas de forma quantitativa e/ou qualitativa. No Brasil, observa-se que até os anos 1980 a questão política fundamental girava em torno dos conflitos entre a sociedade civil e o Estado. Findo o período da ditadura militar, a tônica política tomou outros contornos e demandas que antes estavam adormecidas e que então encontraram espaço para germinar. Nesta época, os movimentos sociais migraram para dentro das ONGs, que passaram a desempenhar o papel de atores nos movimentos sociais.<sup>11</sup>

A mudança do eixo do debate político nacional na sociedade, na opinião de Julian Borba e Carlos Eduardo Sell, contou com vários acontecimentos que o estimularam, tais como: o retorno ao regime democrático (1985), a nova Constituição de 1988, as eleições diretas para Presidente da República (desde 1989), a conquista de prefeituras municipais e governos estaduais por partidos políticos formados por quadros oriundos dos movimentos sociais (a partir de 1989) e, por fim, a chegada das correntes políticas de esquerda no governo com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República no ano de 2002, mantendo-se o mesmo grupo político na presidência até 2016. A estes fatos nacionais somam-se outros do panorama internacional, como a queda do muro de Berlim e a difusão de reformas orientadas para o mercado e a globalização. (BORBA; SELL, 2007)

---

<sup>11</sup> Neste sentido: GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

Dos acontecimentos citados, o que foi mais impactante para a mudança da tônica política foi o retorno ao regime democrático. Sua consequência foi descortinar a heterogeneidade da sociedade civil, que em tempos de regime militar apresentava-se homogênea, contendo todos os segmentos em um mesmo “compartimento”. Esta “segmentação” da sociedade civil deu origem a diferentes estratégias e formas de ação por parte de cada segmento social. A sociedade passa a organizar-se por uma lógica multi-identitária e, dentro deste contexto, as entidades do terceiro setor foram reconhecidas pela sociedade como uma forma de acomodar-se por agrupamento de interesses. Com isso, ganharam força e organização para aumentar os movimentos sociais e as manifestações de rua com o intuito de obter acolhimento em termos de legislação e políticas públicas.

Fixados estes parâmetros, verifica-se que os movimentos sociais utilizam as manifestações de rua como uma das estratégias para alcançar seus objetivos. Elas propiciam uma ampliação da capacidade de intervenção da sociedade sobre a política. Nesta perspectiva, identifica-se na história brasileira recente três ciclos de mobilização: “Diretas Já” (1983/1984), “Movimento pela Ética na Política” ou “Fora Collor” (1992), e os protestos de Junho de 2013.

“Diretas Já”, este acontecimento histórico, que marca a abertura democrática no Brasil, não frutificou por êxito exclusivo da iniciativa partidária, muito embora tenha sido iniciado pelos partidos políticos de oposição da época, bem como contado com a presença de políticos como Tancredo Neves e Ulisses Guimarães. Foi pela união das energias dos partidos com as organizações da sociedade civil que foi possível a mobilização tomar o porte expressivo que tomou. Aderiram à campanha a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), dentre tantas outras entidades.

O movimento não conseguiu efetivar a eleição direta para presidente da República como pretendia. No entanto, conseguiu derrotar o candidato apoiado pelo governo militar, Paulo Maluf, e eleger Tancredo Neves, o que demonstrou a força e a capacidade do terceiro setor atuar na política de forma a ampliar a democracia.

O segundo ciclo de protesto expressivo foi o “Movimento pela Ética na Política” ou “Fora Collor” ocorrido em 1992, quando milhares de brasileiros voltaram às ruas, em mobilizações coletivas que se estenderam de maio a dezembro para exigir a saída do primeiro presidente eleito após o retorno da democracia. A ironia histórica em que tal

acontecimento se deu não pode passar despercebida. O povo após esperar 29 anos e mobilizar-se em prol da abertura democrática, novamente reúne-se em praça pública, pouco tempo depois de eleger seu primeiro presidente pelo voto direto no retorno da democracia plena, só que para exigir justamente a sua deposição.

Pelo relato histórico da época, foi a atuação do terceiro setor que protagonizou os acontecimentos que culminaram no *impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Mello. Foi decisiva a participação da UNE na mobilização e organização dos “Caras Pintadas” nas manifestações de rua e da Ordem dos Advogados do Brasil, juntamente com a Associação Brasileira de Imprensa, na liderança do pedido formal de *impeachment* à Câmara, que contou ainda com o apoio de outras organizações tais como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Central Única dos Trabalhadores. Mais uma vez o terceiro setor auxiliou na alteração do cenário político e alargou o espaço democrático de forma a aproximar a vontade da sociedade ao resultado político esperado.

O terceiro ciclo a ser apresentado são os protestos iniciados em junho de 2013 que tiveram como gatilho o aumento das tarifas do transporte coletivo, eles foram inicialmente organizados e convocados por meio do “Movimento pelo Passe Livre”, sendo que a mobilização e o recrutamento foram feitos por intermédio das mídias sociais. Os protestos estavam a princípio restritos a algumas capitais, mas após a repressão policial ocorrida em São Paulo, amplamente divulgada pela grande imprensa, os protestos nacionalizaram-se. O objetivo foi atingido e as tarifas não foram majoradas em várias cidades. Não obstante, os protestos continuaram de forma pontual e com pautas variadas, em clara consolidação do direito das várias demandas plurais terem voz pública, é o reconhecimento da diversidade das reivindicações, bem como essas reivindicações expandem-se no sentido de um projeto de transformação mais amplo e duradouro.

O resultado do levante das ruas em 2013 chegou a refletir nas eleições de 2014. O governo petista no poder desde 2002 teve sua popularidade abalada e passou pela disputa mais apertada da história recente – com “100% das urnas apuradas, Dilma obteve 51,64% dos votos e Aécio Neves, 48,36%. A diferença de votos foi de 3,4 milhões. Essa foi a menor diferença de votos em um segundo turno desde a redemocratização”.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup>Fonte: DILMA é reeleita na disputa mais apertada da história; PT ganha 4º mandato. UOL, São Paulo, out. 2014. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/dilma-cresce-na-reta-final-e-reeleita-e-emplaca-quarto-mandato-do-pt.htm>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

Dois meses e meio após a reeleição de Dilma Rousseff, uma multidão foi às ruas para pedir o fim da corrupção, reclamar da situação econômica e defender o *impeachment* da presidente – o anti-petismo foi a marca de todos que resolveram protestar. Segundo o instituto Datafolha, foi a maior manifestação política registrada desde o movimento pelas “Diretas Já”, elas aconteceram nas capitais e em, ao menos, 185 outros municípios do país. De acordo com as informações oficiais das Polícias Militares no mínimo 1,950 milhão de pessoas foram às ruas, sendo a participação de São Paulo estimada em 1 milhão de pessoas na Paulista por volta das 15 horas do dia 15/03/2015.<sup>13</sup> Os protestos tiveram como características marcantes a rejeição à sua associação com agremiações partidárias, um cenário marcado por uma profunda desconfiança nas instituições políticas e teve por tema central a questão da corrupção.

Muito embora o terceiro setor não tenha sido criado para operar a política, as entidades que o compõe têm atuado quase que ao lado dos partidos políticos em certas circunstâncias, com intensidade e frequência que variam segundo as oportunidades e a conjuntura. Tal fato é explicado, em parte, pela atual “fragilidade dos partidos políticos, que leva ao fortalecimento político de outras forças ou grupos sociais (...) onde os partidos são fracos, fortes são os grupos de pressão.” (FERREIRA FILHO, 1979, p. 125).

Vê-se que o homem da atualidade espera ver suas necessidades tanto coletivas quanto individuais atendidas, não se contentando mais com o prestígio de apenas uma geração de direitos, o que leva ao modelo de representação articulado tão somente pelos partidos, ineficiente para os dias de hoje.

## CONCLUSÃO

A topografia constitucional brasileira desenhou uma democracia representativa operacionalizada pelos partidos políticos, com a sua valorização, tendo estes o papel de conduzir as eleições e coordenar a atuação do parlamentar. Por meio dos partidos o povo escolhe não somente os representantes, mas também a orientação política a ser seguida pelo governo eleito. A eleição se dá entre partidos e o triunfo significa a opção por um programa

---

<sup>13</sup>Fonte: MANIFESTAÇÕES contra Dilma levam multidão às ruas do país. *O Estado de S. Paulo*, Política, São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-contra-dilma-levam-multidao-as-ruas-do-pais,1651418>. Acesso em: 7 jan. 2016.

a conduzir a comunidade, visto que o voto é dado em função do programa e os eleitos devem estar presos a esse, sendo a fidelidade partidária e um programa consistente altamente relevantes nesses casos, sob pena do sistema fracassar.

O que se tem assistido no cenário político brasileiro, é justamente o malogro do sistema, vez que a representação foi pensada para funcionar sob a égide das agremiações partidárias, contudo em razão da degeneração destas, todo o sistema está corroído e caminhando para a falência. A sociedade brasileira, na ânsia de manter a democracia em pleno funcionamento, encontrou no terceiro setor uma forma reorientar os resultados que deveriam ser alcançados pelas agremiações partidárias, atenuando assim, as falhas pelo seu mal funcionamento.

As entidades do terceiro setor afloram como um meio alternativo de “organização política” da sociedade, de forma a aperfeiçoar o sistema partidário que tem se mostrado, quanto à sua atuação política, ineficiente, degenerado e desacreditado pelo povo.

Muito embora o terceiro setor não seja vocacionado para a política, constitui um bom canal de interface entre a sociedade e o governo, exerce influência sobre a formação da opinião pública, propicia "espaços públicos" destinados a promover o debate com relação a temas de interesse da sociedade e tem se mostrado uma verdadeira ferramenta democrática, na medida em que vem atuando de forma “complementar” e, por vezes, lado a lado, com os partidos políticos. A eficiência desta atuação fica evidente ao olharmos o passado político recente do Brasil, no qual os movimentos sociais, organizados pelo terceiro setor, utilizaram as manifestações de rua como uma estratégia para a sociedade intervir na política.

Os partidos se transformaram em engrenagens enferrujadas e defeituosas, contudo ainda ocupam uma posição central no regime e precisam estar articulados com os polos estruturais da sociedade civil, neste sentido, o terceiro setor tem desempenhado um papel essencial, na medida em que atenua a falência do sistema e colhe os ecos dos setores específicos da sociedade, trazendo-os para perto, tanto dos partidos, quanto do governo.

## Bibliografia

- ALDRICH, John H. *¿Por qué los partidos políticos? Una segunda mirada*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2012.
- BORBA, Julian; SELL, Carlos Eduardo. *Movimentos sociais, participação e democracia: contexto e perspectivas de debate no Brasil*. Revista de Sociologia Política, v. 6, nº 11, em outubro de 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1023>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- BVERFGE 69, 315 (BROKDORF), datada de 14/05/1985.
- CAGGIANO, Monica Herman Salem. *Oposição na política: proposta para uma reorganização da democracia*. São Paulo: Angelotti, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Corrupção e financiamento das campanhas eleitorais*. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; LOPES, Sílvia (coords.). *O regime democrático e a questão da corrupção política*. São Paulo: Atlas, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A fenomenologia dos transfugas no cenário político-eleitoral brasileiro*. In: CAGGIANO, Monica Herman Salem; LEMBO, Cláudio (coords.). *O voto nas Américas*. Barueri, SP: Minha Editora; São Paulo: CEPES, 2008.
- \_\_\_\_\_. *É possível reinventar o partido? O partido político no século XXI*. In: HORBATH, Carlos Bastide el. al. (Org.). *Direito Constitucional, Estado de Direito e Democracia: estudo em homenagem ao Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho*. São Paulo: Quartier Latim, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O cidadão-eleitor, jogador com veto no processo eleitoral democrático*. In: Instituto Victor Nunes Leal (org.). *A contemporaneidade do pensamento de Victor Nunes Leal*. Instituto Victor Nunes Leal, organização. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CAMARGO, Marcos H. *O fim do Estado e o terceiro setor*. Curitiba, PR: Gráfica Nossa Senhora do Rocio, 2004.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Coimbra: Almedina, 2003.
- DILMA é reeleita na disputa mais apertada da história; PT ganha 4º mandato. *UOL*, São Paulo, out. 2014. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/dilma-cresce-na-reta-final-e-reeleita-e-emplaca-quarto-mandato-do-pt.htm>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. 3ª edição. México: Fondo de Cultura Económica, 1965.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *A Reconstrução da democracia: ensaio sobre a institucionalização da democracia no mundo contemporâneo e em especial no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Sete vezes democracia*. São Paulo: Convívio, 1977.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2014
- JEHÁ, Pedro Rubez. *O processo de degeneração dos partidos políticos no Brasil*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2009.
- LEMBO, Claudio. *Participação política e assistência simples no direito eleitoral*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la constitución*. Barcelona: Editorial Ariel, 1976.
- MALBERG, R. Carré de. *Teoría general del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- MANIFESTAÇÕES contra Dilma levam multidão às ruas do país. *O Estado de S. Paulo*, Política, São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-contradilma-levam-multidao-as-ruas-do-pais,1651418>. Acesso em: 7 jan. 2016.



- OPPO, Anna. *Partidos políticos*. In: *Curso de introdução à ciência política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 5, 1982.
- MILL, John Stuart. *O governo representativo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- PASQUINO, Gianfranco. *Modernización y desarrollo político*. Espanha: Editorial Nova Terra, 1974.
- SANCHEZ AGESTA, Luis. *Principios de teoría política*. Madrid: Editora Nacional, 1979.
- SARTORI, Giovanni. *Teoria democrática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- TELLES JUNIOR, Goffredo. *O povo e o poder: todo poder emana do povo e em seu nome será exercido*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.